

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
 <i>Capítulo 1</i>	
CONFISCO ALARGADO	33
1.1 Conceito e delimitação do objeto.....	33
1.1.1 Confisco clássico.....	33
1.1.2 Confisco alargado	36
1.2 Tratados internacionais e atos da União Europeia	42
1.2.1 Tratados internacionais	43
1.2.2 Atos da União Europeia.....	47
1.3 Persecução patrimonial e busca por instrumentos de repressão aos crimes lucrativos.....	54
1.3.1 Expansão do Direito Penal.....	55
1.3.2 A influência da Análise Econômica do Direito	64
1.3.2.1 Noções básicas de Análise Econômica do Direito ...	64
1.3.2.2 AED e Direito Penal.....	66
1.3.2.3 AED e o confisco	69
 <i>Capítulo 2</i>	
A PERDA ALARGADA EM PORTUGAL.....	77
2.1 O confisco e a Lei nº 5/2002	77
2.2 Requisitos da perda alargada.....	83
2.2.1 Catálogo de crimes.....	83

2.2.2	Patrimônio do condenado.....	87
2.2.3	Incompatibilidade entre o patrimônio e a renda	91
2.2.4	Carreira criminosa anterior	93
2.3	Natureza jurídica do confisco e da perda alargada.....	97
2.4	Regime processual da perda alargada	102
2.4.1	Processo penal patrimonial.....	102
2.4.2	Liquidação.....	103
2.4.3	Defesa.....	106
2.4.4	Objeto da decisão	108
2.4.5	Arresto	113
2.4.6	Aplicação no tempo e prescrição	116
2.5	A perda alargada e o tribunal constitucional de Portugal.....	117
2.6	O gabinete de recuperação de activos e o gabinete de administração de bens	121
2.6.1	Investigação financeira ou patrimonial: o GRA.....	122
2.6.2	Administração de bens: o GAB	129
2.7	Distribuição de recursos e monitoramento	131

Capítulo 3

	O CONFISCO PENAL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	137
3.1	Confisco e pena de confisco	137
3.2	Espécies de confisco	141
3.2.1	Confisco no Código Penal	142
3.2.1.1	Confisco clássico.....	142
3.2.1.2	Confisco subsidiário.....	143
3.2.2	Confisco na legislação especial	145
3.3	Natureza do confisco como efeito da condenação.....	147
3.4	Regime processual do confisco	152
3.4.1	Imputação patrimonial.....	153
3.4.2	Medidas cautelares patrimoniais.....	154
3.4.2.1	Sequestro.....	155
3.4.2.2	Sequestro subsidiário.....	157

3.4.2.3	Sequestro previsto no Decreto-lei nº 3.240/1941	157
3.4.2.4	Busca e apreensão	159
3.4.3	Defesa	161
3.4.4	Sentença condenatória e o confisco de bens	163
3.5	Ineficácia do processo patrimonial e do confisco	166
Capítulo 4		
PROJETO DE LEI Nº 4.850/2016		171
4.1	Histórico	171
4.2	O confisco alargado no PL nº 4.850/2016	172
4.2.1	Requisitos do confisco alargado	176
4.2.1.1	Catálogo de crimes	177
4.2.1.2	Patrimônio e incompatibilidade entre o patrimônio e renda	181
4.2.2	Natureza	185
4.2.3	Regime processual do confisco alargado	186
4.2.3.1	Imputação Patrimonial	186
4.2.3.2	Defesa	192
4.2.3.3	A decisão no confisco alargado	198
4.3	Lacunas	204
4.3.1	Aplicação retroativa do confisco alargado	204
4.3.2	Investigação patrimonial	206
4.3.3	Distribuição dos recursos recuperados e monitoramento	213
CONCLUSÃO		219
REFERÊNCIAS		223